

A centralidade política da questão social

Wania Malheiros Alves

Não há quem discorde, hoje, da posição de centralidade que a questão social deve ocupar nas políticas de Governo. Tanto recentemente quanto no início dos anos 80, a emergência política era a própria política, expressa na premência da instauração, formal e real da democracia. No momento, a conquista da justiça social ascende à ordem do dia, impondo-se como tema obrigatório dos governos municipais que iniciam o assunto das campanhas eleitorais que se avizinham para governos estaduais e federal.

Essa alteração da agenda política não é natural, inocente ou casual. A crescente organização da sociedade civil exige mecanismos políticos eficazes para o atendimento de suas demandas, de modo que as necessidades por longo tempo reprimidas não impeçam o livre curso da democracia.

"Tudo pelo social". A marca do Governo Sarney mostra que a prioridade para a questão social surgiu com o processo de redemocratização do país. Mas foi apenas um ensaio. Apesar de demonstrar sensibilidade ao tema, a ação, nesse período, guardou o vínculo paternalista que, desde Vargas, vem orientando as políticas públicas nessa área.

Com Collor, o ensaio continuou sob a tentativa de institucionalizar a intervenção dos atores sociais no processo decisório sobre as políticas públicas. A tentativa de incorporar a sociedade organizada à solução dos problemas sociais, por meio de fóruns tripartites, sucumbiu ante a condução autoritária e a falta de ética do Governo.

Fernando Henrique Cardoso, amparado pelo Plano Real, desde a primeira hora fez questão de enfatizar o papel social da política de estabilização econômica. A erradicação da inflação, via ajustes de mercado, promoveria melhor distribuição de renda. Segundo Fernando Henrique, a inflação é o maior imposto que incide sobre as camadas populares.

É hora, pois, de uma política social efetiva e conseqüente entrar em cena. Os motivos para a esperança de que isso ocorra no curto prazo não são poucos, desde a fria estatística que mostra dados animadores sobre melhorias na condição

básica da vida social — o que facilita medidas emergenciais em âmbito local —, até as paixões políticas de momentos eleitorais, que já não conseguem disfarçar ou evitar o "mal-estar" social, conduzindo a discursos pautados no compromisso com o social.

Identificar a origem e os problemas sociais é o primeiro passo num trabalho que se pretenda eficaz. Em nosso país, é possível localizar três grandes esferas de formação de problemas sociais. A rápida urbanização e a simultânea metropolização trazem consigo problemas novos e mudam a qualidade dos antigos. A percepção e o equacionamento desse fenômeno constituem o ponto de partida para intervenções eficazes na área social.

O baixo valor da vida humana é um primeiro ponto que chama atenção na novíssima realidade, exigindo medidas emergenciais. Se na pequena cidade do interior o mendigo constitui exceção e retém uma identidade junto à comunidade, que o conhece, dá-lhe nome e calor humano, mesmo que até como alvo de chacotas e crueldades infantis, nos grandes centros essas pessoas formam numerosos contingentes, sem qualquer referência pessoal ou social, cujo anonimato e alienação passam a construir ameaças reais ao ambiente do cidadão. A reintegração dessas pessoas à cidadania, sabe-se muito bem, é tarefa de difícil consecução, mas não pode ser eliminada das preocupações dos agentes políticos, são vidas que cabem ao poder público zelar e assistir independentemente de qualquer cálculo de custo-benefício, entendendo-se por benefício, inclusive, o retorno dessas pessoas a um padrão razoável de vida social. Nesse campo, a ação dos governos é emergencial, assistencial e obrigatória.

Alguns governos, instituições religiosas, entidades da sociedade civil e organizações não-governamentais vêm atuando para amenizar a situação de carências diversas por esse Brasil afora.

Mas tais iniciativas não têm sido suficientes para garantir o trato mais humano de problemas que, dada a sua dimensão, requerem ações de resultados massivos.

Vitória registra uma boa estrutura governamental de assistência social, mas que se enfraquece ante os problemas metropolitanos, já diagnosticados, mas ainda por equacionar. Iniciativas dos demais municípios da Grande Vitória são fundamentais para o êxito dos programas assistenciais em curso.

Uma outra fonte de exclusão social, de caráter menos natural, pode ser identificada, no Brasil, nos mecanismos de desenvolvimento econômico. Apesar da origem, a solução depende de iniciativas de natureza política. A partir de uma "economia política" que estabelece as diretrizes macro dos governos, é essencial a implementação de políticas baseadas numa "economia social" que propicie o desenvolvimento da cidadania por

meio da criação de mais e melhores habitações, sistemas escolares eficientes, formação de novos mercados de trabalho, educação familiar e cultural.

Aqui, mais do que nunca, é imprescindível a participação da população carente na

constituição de uma solução. Além de minimizar os custos públicos da política social, por meio do incentivo à auto-geração de trabalho e renda, tal prática forma para uma vida cidadã, propiciando aos indivíduos a mudança de hábitos, a conscientização de direitos, compromissos e deveres e o redimensionamento do valor da vida. Concebida em nível internacional, essa metodologia já vem dando resultados expressivos em diversos locais do mundo, assumindo Vitória um lugar de destaque.

Vale ressaltar que a participação da comunidade nesses programas não se pode restringir a grupos carentes e beneficiários diretos das iniciativas governamentais. Elites culturais e econômicas têm muito a contribuir na formulação, no

planejamento e na implementação das ações. Os problemas sociais são problemas da sociedade como um todo. A visão paternalista do Estado, que leva boa parte da sociedade a se eximir da responsabilidade pelo bem-estar social coletivo, deve ser erradicada para que as saídas encontradas sejam soluções e não meros paliativos.

Problemas originários da vida contemporânea e que extrapolam o "lugar de toda a pobreza" compõem uma terceira esfera de desafios sociais que nascem na esteira da vida moderna. Aqui estão, por exemplo, questões como as relacionadas ao crescente contingente da população de terceira idade e ao uso de drogas e prostituição juvenis.

Afetos à vida privada, esses problemas deixaram de ser pontuais e dispersos. Passaram, assim, à órbita do público, exigindo medidas de caráter político. É urgente que se retire dos ombros exclusivos das famílias a responsabilidade de solução desses problemas que não mais se restringem às portas das casas, alcançando as ruas e a coletividade como um todo.

Identificadas as grandes esferas de formação de problemas sociais, chega-se a uma conclusão básica: as soluções passam por uma ação integrada entre sociedade e poder governamental. Tal constatação real vem ao encontro da proposta social-democrata. Por princípio político, a social-democracia sabe que o mercado não dá conta sozinho da questão social e humana e que é necessário acionar todos os instrumentos institucionais e informais de intervenção política sob a vigilância da administração pública.

Iniciamos o artigo falando da mudança na agenda política, visto que a redemocratização se consolidou. Mas vale dizer que mudar o foco de nossas ações não significa desprezar as conquistas democráticas. Muito pelo contrário, alcançar a justiça social significa a plena consolidação dos princípios democráticos. A democracia não sobrevive numa realidade socialmente injusta, até porque igualdade de direitos é o seu principal fundamento.

Wania Malheiros Alves é cientista política e secretária Municipal de Ação Social